

# AS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA EDUCAÇÃO ESPECIAL NA PERSPECTIVA INCLUSIVA E SUA IMPLEMENTAÇÃO EM UMA ESCOLA DO MUNICÍPIO DE PARINTINS/AM

<sup>1</sup>Elda Prata dos Santos Araújo e <sup>2</sup>Raimundo Vitor Ramos Pontes

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas – IFAM – Campus *Parintins*/  
Estr. Odovaldo Novo, S/N - Aninga/Parananema, Parintins - AM, 69152-470 \*

(eldasantos39@hotmail.com)

## Resumo

No presente trabalho será abordado as Políticas Públicas para Educação Especial na Perspectiva Inclusiva e sua Implementação em uma Escola do Município de Parintins/AM, e fazer uma reflexão sobre a educação especial na perspectiva inclusiva visto que, a educação deve ser vista como um direito de todos, e as pessoas com deficiência tem esse direito de usufruir da educação, assim como qualquer outro cidadão sem deficiência. O sistema educacional deve garantir o acesso, a permanência e a aprendizagem de todos os alunos, independente de ser deficiente ou não, mas para isso é necessário à execução de políticas públicas que garantam investimentos para a educação inclusiva. Nesse sentido, esta pesquisa teve o intuito de observar como se dar o processo de implementação das principais políticas públicas para Educação Inclusiva em uma Escola do município de Parintins/AM. Para que o aluno com deficiência tenha uma educação de qualidade faz-se necessária à definição e implementação de políticas públicas que garantam as condições necessárias para efetivar um sistema educacional inclusivo. Como parte da metodologia, utilizamos as pesquisas: qualitativa, a observação direta e a realização de entrevistas com professores, sendo um (1) professor (a) regente da sala regular e um professor (a) responsável pelo AEE (Atendimento Educacional Especializado). Os resultados apontam que quando o indivíduo está e se sente incluído, têm mais chances de vencer na vida, por se sentir seguro e ter de fato mais oportunidades.

**Palavras-Chave:** políticas públicas, educação especial, inclusão.

## Abstract

In this work will be addressed Public Policies for Special Education Inclusive Perspective and its implementation in a school in the municipality of Parintins / AM, and to reflect on special education in inclusive perspective since, education must be seen as a right of everyone, and people with disabilities have that right which is to benefit from education as well as any other citizen without disabilities. The educational system should guarantee access, permanence and learning for all students, regardless of whether disabled or not, but this requires the implementation of public policies that guarantee investments for special education. In this sense, this research aims to identify and analyze the main public policies for Special Education in a School in the municipality of Parintins / AM, and so that the disabled student has a quality education is necessary to define and implement public policies that guarantee the conditions necessary to effect an inclusive education system. As part of the methodology, we use research: qualitative, direct observation and interviews with teachers, one (1) Regents Professor of the common room and a teacher responsible for the

---

<sup>1</sup> Licenciada em Pedagogia (ICSEZ - Instituto de Ciências Sociais, Educação e Zootecnia; Pós-graduanda em Gestão Pública (Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas – IFAM – Campus *Parintins/AM*).

<sup>2</sup> Graduado em Administração, Especialista em Educação, Mestre em Desenvolvimento Educacional pela Universidade Federal do Amazonas (2010), Doutor em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia (2018).

ESA (Educational Service Specialist).The results show that when the individual is and feels included, are more likely to succeed in life, to feel safer and fact have more opportunities.

**Key words:** Public policy, special education, inclusion.

## INTRODUÇÃO

O presente trabalho de conclusão do curso de Pós Graduação em Gestão Pública tem como temática As Políticas Públicas para Educação Especial na Perspectiva Inclusiva e sua Implementação em uma escola do Município de Parintins/AM, o estudo foi realizado em uma escola de ensino regular da rede pública municipal do município de Parintins-AM, com a intuito de observarmos como são desenvolvidas as políticas públicas para educação especial na perspectiva inclusiva e como se dar sua implementação em sala regular com alunos com deficiência.

Reflexões nos fizeram observar como acontece à inclusão escolar na perspectiva da educação inclusiva, e em contato diretamente com a escola e com os alunos com deficiências foi que nos levaram a desenvolver certa sensibilidade e preocupação para aprendermos algo todos os dias, respeitando a diversidade dos alunos em geral, uma vez que:

Os alunos são diferentes uns dos outros e que a sala de aula é um espaço onde convivem, lado a lado, professores e alunos com origem social, cultural e econômica das mais diversas, com saberes, valores, desejos e vivências os quais, mesmo com algumas afinidades, são únicos na sua individualidade, parece ser um consenso entre professores e especialistas (MOREIRA, 2010, p. 205).

A educação constitui um direito social, assegurado pela Constituição Federal de 1988, no seu artigo 205, que preconiza que a educação é um direito todos, dever do Estado e da família, promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando o pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação no trabalho, e ao estado compete garantir as condições e os recursos necessários para sua efetivação.

Assim, se indaga ou se problematiza: Como se dar o processo de implementação das Políticas Públicas da Educação Inclusiva em uma Escola do Município de Parintins/AM?

Para se responder a este questionamento ser delineou os seguintes objetivos:

Objetivo Geral: Analisar as principais Políticas Públicas voltadas à Educação Especial na Perspectiva Inclusiva em uma escola regular do Município de Parintins /AM.

Com objetivos específicos trabalhamos compreensão da organização das Políticas Públicas para educação inclusiva; identificar as principais ações na escola voltadas para educação inclusiva e observar a prática dos professores em sala regular de ensino com alunos com deficiências.

Acredita-se que um trabalho de investigação com esta temática pode ser uma contribuição para a construção de referenciais que sirvam para debater sobre a implementação das políticas públicas na educação especial na perspectiva inclusiva dentro de escolas regulares.

A pesquisa foi realizada no município de Parintins localizado em 360 km da capital Manaus em uma escola da Rede Municipal de Educação, localizada na zona urbana do município. Segundo o gestor da escola esta possuem uma filosofia de trabalho direcionada a oferecer diariamente um ensino de qualidade, envolvendo a participação de toda a comunidade escolar, respeitando as diferenças e valorizando a ética, implantando ações inovadoras, que a cada dia diversificam o plano pedagógico desenvolvido na referida escola.

A escola segue o calendário escolar com 200 dias letivos distribuídos em 800 horas de efetivo exercício, elaborado pela Secretaria Municipal de Educação e adaptado conforme a necessidade da instituição. Os eventos e datas comemorativas são planejados pelos professores e funcionários do estabelecimento juntamente com o coordenador pedagógico e gestor.

Na escola pode-se dizer que a relação entre administração, professores e alunos é de boa qualidade, com diálogos e exposição de ideias, quanto ao processo avaliativo da escola, é feito

levando em consideração aspectos quantitativos e qualitativos, sendo feito um diagnóstico de aprendizagem semestralmente.

## 1. MÉTODO

Esta pesquisa caracteriza como uma pesquisa qualitativa na qual se pretendeu identificar como esta sendo realizado o processo de implementação das principais políticas públicas para Educação Especial em uma Escola do município de Parintins/AM. De acordo com André (1998) pesquisa qualitativa é a tentativa de interpretação dos significados que os sujeitos dão às suas ações, por isso a opção pela pesquisa qualitativa, pois correspondem à necessidade de descrever o cotidiano escolar dos alunos com deficiências da referida escola, características desse tipo de abordagem.

O autor nos relata que podemos constatar que através da pesquisa qualitativa dispomos de uma análise, mas abrangente para sistematizar os dados coletados, para tal é importante destacar que os dados serão coletados a partir de técnicas como entrevistas onde, Lakatos e Marconi (p. 278) reforçam que:

[...] a obtenção de informações importantes e de compreender as perspectivas e experiências das pessoas entrevistadas [...] pode proporcionar resultados e informações necessárias [...] O principal interesse do pesquisador é conhecer o significado que o entrevistado dá aos fenômenos e eventos de sua vida cotidiana, utilizando seus próprios termos.

Nessa perspectiva, a pesquisa de campo deste trabalho foi realizada por intermédio de entrevistas coletadas a partir de um roteiro de questões abertas, assim o entrevistador pode e deve decidir, durante a entrevista, quando e em que sequência fazer quais perguntas. O que também caracteriza uma entrevista semiestruturada.

Para Triviños (1987, p. 146) a entrevista semiestruturada tem como característica questionamentos básicos que são apoiados em teorias e hipóteses que se relacionam ao tema da pesquisa, “[...] favorece não só a descrição dos fenômenos sociais, mas também sua explicação e a compreensão de sua totalidade [...]” além de manter a presença consciente e atuante do pesquisador no processo de coleta de informações Triviños (1987, p. 152).

Vale ressaltar que os sujeitos da pesquisa foram docentes da referida escola com grandes experiência na área para que assim tenhamos mais elementos na coleta de dados. Além disso, observamos a estrutura física da escola para conhecer o espaço em que estava sendo construído o conhecimento, considerando a influência que o ambiente exerce no processo de aprendizagem e também ocorreu a observação das aulas onde estudam os alunos com deficiências, com o intuito de estabelecer uma comparação entre as falas da entrevista e a prática. Lakatos e Marconi (2004, p. 275) trazem que a observação é:

[...] uma técnica de coleta de dados para conseguir informações utilizando os sentidos na obtenção de determinados aspectos da realidade. Não consiste apenas em ver e ouvir, mas também em examinar fatos ou fenômenos que se deseja estudar. [...] ajuda o pesquisador na identificação e obtenção de provas a respeito de objetivos sobre os quais os indivíduos não têm consciência, mas que orientam seu comportamento.

Assim, foram entrevistados um (1) professor (a) regente da sala regular e um professor (a) responsável pelo AEE (Atendimento Educacional Especializado). As entrevistas ocorreram no contexto na pesquisa do campo, onde também ocorreu o processo de observação direta com registro em diário de campo.

O diário de campo é uma ferramenta que permite sistematizar as experiências para posteriormente analisar os resultados, um instrumento utilizado pelos investigadores para registrar os dados recolhidos a serem interpretados. De acordo Hess (1996, p. 87) diz que, “o diário de campo é uma técnica indispensável que lhe permite clarear e organizar suas ideias das suas pesquisas”.

Após a coleta de dados foi executada a etapa de análise qualitativa dos resultados obtidos culminando com a organização dos dados para a produção das considerações finais. Espera-se ainda com este trabalho conhecer a realidade de uma escola no Município de Parintins e saber como é a implementação das políticas públicas para os alunos com deficiência em sala regular de ensino.

E que essa temática além de contribuir para um conhecimento pessoal e profissional, também sirva de contribuição para outros acadêmicos e profissionais que atuam na educação inclusiva.

## **2. RESULTADOS E DISCUSSÕES**

### **2.1 POLÍTICAS PÚBLICAS PARA EDUCAÇÃO INCLUSIVA**

A Constituição de 1988 trouxe grande relevância para a educação brasileira, pois motivou uma ampla movimentação da sociedade em torno da garantia dos direitos sociais, dentre eles o acesso de todos os brasileiros à educação escolar. A educação brasileira tem diante de si o desafio de possibilitar o acesso e a permanência dos alunos com necessidades educacionais especiais na escola na perspectiva inclusiva compreender quais são as políticas públicas de educação inclusiva em documentos legais é fundamental para identificar como os alunos com deficiência estão inseridos dentro das escolas regulares.

A Estrutura de Ação em Educação Especial, adotada pela conferência Mundial em Educação Especial, nos mostra como isso deve acontecer:

[...] o dever das escolas acomodar todas as crianças independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, linguísticas ou outras. Aquelas deveriam incluir crianças deficientes e superdotadas, crianças de rua e que trabalham crianças de origem remota ou de população nômade, crianças pertencentes a minorias linguísticas, étnicas ou culturais, e crianças de outros grupos desvantajados ou marginalizados. Tais condições geram uma variedade de diferentes desafios aos sistemas escolares. No contexto desta Estrutura, o termo "necessidades educacionais especiais" refere-se a todas aquelas crianças ou jovens cujas necessidades educacionais especiais se originam em função de deficiências ou dificuldades de aprendizagem. Muitas crianças experimentam dificuldades de aprendizagem e, portanto possuem necessidades educacionais especiais em algum ponto durante a sua escolarização. Escolas devem buscar formas de educar tais crianças bem-sucedidamente, incluindo aquelas que possuam desvantagens severas. Existe um consenso emergente de que crianças e jovens com necessidades educacionais especiais devam ser incluídas em arranjos educacionais feitos para a maioria das crianças. Isto levou ao conceito de escola inclusiva. O desafio que confronta a escola inclusiva é no que diz respeito ao desenvolvimento de uma pedagogia centrada na criança e capaz de bem-sucedidamente educar todas as crianças, incluindo aquelas que possuam desvantagens severa. O mérito de tais escolas não reside somente no fato de que elas sejam capazes de prover uma

educação de alta qualidade a todas as crianças: o estabelecimento de tais escolas é um passo crucial no sentido de modificar atitudes discriminatórias, de criar comunidades acolhedoras e de desenvolver uma sociedade inclusiva. (BRASIL, 1994).

A implementação das políticas públicas de educação inclusiva no âmbito educacional é relevante, pois contribui efetivamente com uma educação que fará a diferença.

A Declaração de Salamanca tornou-se um importante marco na luta em defesa da escola inclusiva e tem como objetivo o direito à educação, considerando quaisquer características dos alunos, com uma proposta de respeito, limitações e potencialidades. Esse documento destaca ainda as necessidades de as escolas serem adaptadas, afirmando que as políticas públicas devem prover a formação de professores voltada para a inclusão.

Os professores desenvolvem um papel fundamental na construção do conhecimento nas escolas e para realizarem sua função como grandes educadores (as) devem adquirir habilidades para refletir sobre as práticas de ensino em sala de aula e para trabalhar em colaboração com seus pares a fim de contribuir na construção de abordagens educacionais dinâmicas e inclusivas.

A formação continuada de professores que trabalham em sala regular caracteriza-se como um dos principais componentes para um diferencial na qualidade de ensino aprendizagem relacionado à inclusão. Segundo Lima (2002, p. 40)

A formação de professores é um aspecto que merece ênfase quando se aborda a inclusão. Muitos dos futuros professores sentem-se inseguros e ansiosos diante da possibilidade de receber uma criança com necessidades especiais na sala de aula. Há uma queixa geral de estudantes de pedagogia, de licenciatura e dos professores com o discurso de que não fui preparado para lidar com crianças com deficiência.

A formação continuada dos professores se constitui como um espaço de fortalecimento das práticas pedagógicas, a troca de experiência se refortalece nas interações entre colegas como uma forma positiva diante de resultados conquistados. Quando questionados sobre as formações continuadas os professores entrevistados relatam:

*A formação continuada de professores na educação inclusiva é de suma importância, o município vem trabalhando para que os professores que estão com crianças com deficiência em sala de aula regular realizem formação para melhor se trabalhar com eles e isso vem facilitando nossas atividades diariamente. (Entrevista/2018 Professor B).*

*Tenho vários alunos com deficiência no atendimento na sala de recurso e fazer formação continuada na área da educação inclusiva faz com que o trabalho realizado seja aproveitado de melhor forma possível, esse ano o município disponibilizou várias formações com os professores fazendo com que as crianças que estão inseridas nas escolas possam ser atendidas por profissionais capacitados. (Entrevista/2018 Professor A).*

É possível notar declarações desses professores em que acreditam no processo de formação continuada como uma forma possível para terem o êxito da educação inclusiva. E, o mais interessante, eles, os professores, estão dispostos a estarem em constante formação para se trabalhem com seus alunos.

Fazer formação continuada para professores é umas das políticas públicas para atender os alunos com deficiência é uma política educacional que repensa aceitações de uma sociedade humana justa em relação à escola de educação e, principalmente, à educação inclusiva.

A Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, aprovada pela ONU em 2006, estabelece que os Estados devam assegurar um sistema de educação inclusiva em todos os níveis de ensino, em ambientes que maximizem o desenvolvimento acadêmico e social compatível com a meta de inclusão plena, adotando medidas para garantir que:

As pessoas com deficiência não sejam excluídas do sistema educacional geral sob alegação de deficiência e que as crianças com deficiência não sejam excluídas do ensino fundamental gratuito e compulsório, sob alegação de deficiência; As pessoas com deficiência possam ter acesso ao ensino fundamental inclusivo, de qualidade e gratuito, em igualdade de condições com as demais pessoas na comunidade em que vivem (Art. 24).

No município de Parintins, a história da Educação Especial começa na década dos anos 80, com a primeira Escola de Educação Especial Escola de Audiocomunicação “Padre Paulo Manna” e em 1985 com a criação da Associação Pestalozzi de Parintins. Nos anos seguintes essas escolas ficaram responsáveis pela Educação Especial no município. O Município só assume a partir dos anos 2000 o compromisso de ficar responsável pela educação inclusiva, tendo como base a LDB 9395.96 e as Diretrizes Nacionais de Educação na Educação Básica de 2001.

Em 2003, o município firma o compromisso sobre a Política Educacional Inclusiva, através da admissão do Programa Educação Inclusiva. É a partir desse momento que a comunidade parintinense, em especial a Secretaria Municipal de Educação, se voltam à política de educação inclusiva. A Lei Orgânica Municipal (2004), em seu Art. 173 assegura o atendimento aos alunos com necessidades educacionais especiais, em salas comuns na rede regular de ensino visando à inclusão entre os profissionais e os demais alunos das escolas, tendo como ponto de organização da Educação Inclusiva a Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Lazer – SEMED.

Em 2018 o município de Parintins faz um marco para educação inclusiva o prefeito em exercício Bi Garcia sancionou a lei nº 715/2018-PGMP que dispõe sobre a criação da Lei Miguel Costa Viana. A criação da lei é propositura de autoria do vereador Maildson Fonseca, a referida lei define o perfil do acompanhante especializado para aluno com Transtorno do Espectro Autista. Anteriormente, a propositura de lei foi aprovada por unanimidade na Câmara Municipal de Parintins no mês de novembro de 2018. A sanção da lei é um momento histórico para o município, em vista de que garante o direito de educação qualificada e especializada a crianças com autismo. De acordo com a Lei Miguel Costa Viana todo aluno com o Transtorno do Espectro Autista, da rede municipal de ensino, tem o direito de ser acompanhado por um professor especialista em psicopedagogia, educação especial e inclusiva, ou atendimento educacional especializado. Para os professores entrevistados essa lei é de suma importância para a educação inclusiva:

*Essa lei vem trazer muitos benefícios para nossos alunos com transtorno do espectro autista, pois garante a esses alunos um profissional especializado para seu acompanhamento e assim esse aluno progredir no seu relacionamento com os colegas em sala de aula além de ter seu material sempre adaptado fazendo com que seu ensino em sala de aula regular seja proveitoso. (Entrevista/2018 Professor B).*

*Saber que nossos alunos vão está sendo acompanhados por professores especializados em educação inclusiva me deixa muito feliz, pois sabemos as dificuldades que os alunos com transtorno do espectro autista enfrentam ao entrarem em sala de aula regular e com esses profissionais sua adaptação se tornara bem mais fácil, além de ajudarem os professores titulares das salas nas adaptações dos materiais didáticos. (Entrevista/2018 Professor A).*

Essa nova lei escolar vem revelando prioridades no processo de educação inclusiva no município de Parintins, superando as diferenças no processo de aprendizagem, ultrapassando as barreiras da permanência e do acesso à escola pública colocando profissionais especializados para se trabalhar com esses alunos. Ao mesmo tempo, é uma política educacional que repensa aceitações de uma sociedade humana justa em relação à escola de educação e, principalmente, à educação inclusiva.

## 2.2 A ESCOLA REGULAR NA PERSPECTIVA INCLUSIVA

Esta pesquisa foi realizada em uma Escola da Rede Municipal da área urbana do município de Parintins/AM.

A Escola Municipal “Luz do Saber”, localizada no Bairro Itaúna II, neste município, vinculada à Secretaria Municipal de Educação, Juventude, Esporte e Lazer (SEMED).



Figura 1 Escola Municipal Luz do Saber

Fonte: autor (2019)

A referida escola pesquisada atende estudantes da Educação Inclusiva da rede municipal de ensino do município. São estudantes com deficiência intelectual, baixa visão, deficiência física, auditiva, eplepsia, Síndrome de Down, autismo, múltiplas deficiências e etc. e todos eles inseridos em sala de aula regular com acompanhantes para os ajudarem em suas atividades em sala de aula.

Além de atividades em sala de aula regular onde os professores em sua maioria fazem as devidas adaptações para que esses alunos de fato se sintam inseridos na escola, eles também fazem o atendimento educacional especializado AEE na sala de recursos multifuncionais para se trabalharem as dificuldades que cada um tem, são materiais adaptados utilizados pelo profissional responsável pelo atendimento desses alunos no contra turno.



Figura 2 Sala de Recurso Multifuncional de um aluno total  
Fonte: autor (2019)

AEE é um Atendimento Educacional Especializado, cujo professor responsável trabalha em sala de recurso, ambientes adaptados para receber alunos com uma ou mais deficiências, esse atendimento ocorre geralmente no contra turno. O objetivo do AEE é preparar os alunos para desenvolver habilidades e utilizar instrumentos de apoio que facilitem seu desenvolvimento. Normalmente essas aulas são oferecidas em salas de recursos multifuncionais, que são salas equipadas com materiais pedagógicos adaptados que venham a complementar o ensino e facilitar a aprendizagem dos alunos. Existem inúmeros materiais que podem auxiliar o aluno com NEE (necessidades educacionais especiais). Desde um lápis adaptado até um software, tudo é tecnologia. O desafio é descobrir o que existe ou pode ser criado para beneficiar cada criança.

Na escola onde foi feita a pesquisa existe uma sala de recurso para atender os alunos com deficiências. Quando questionado sobre como desenvolve seu trabalho pedagógico na sala de recurso e quais suas perspectivas, o professor assim se pronuncia:

*Trabalho no contra turno com no máximo duas crianças de manhã e duas à tarde, com duração de 2 hora para cada dupla de crianças. No caso do aluno com autismo que atendemos um na escola ele é atendido de forma individual para melhor se trabalhar com ele. Apesar das dificuldades encontradas, sempre gostei muito de trabalhar com crianças com deficiência, pois, me ajudou muito buscar idéias, melhorar como profissional e me aperfeiçoar buscando crescer também como pessoa. (Entrevista/2018 Professor A)*

A fala acima indica que o professor que trabalha com educação inclusiva constrói saberes a partir de suas experiências, construída no seu dia-a-dia, revestem-se numa perspectiva satisfatória, pois mostra a importância que tem e teve o seu trabalho no decorrer das suas aulas.

Porém o Atendimento Educacional Especializado não pode ser confundido com aulas de reforço, às vezes muito questionado por alguns professores, ele serve para auxiliar o aluno a adquirir habilidades que são essenciais para garantir o bom desempenho nas aulas regulares.

Para que a aprendizagem dessas crianças seja efetiva, a parceria entre o professor do ensino regular e do professor da sala de recurso é fundamental, assim como fazer um planejamento conjunto para cada aluno, determinando quais as atividades serão desenvolvidas e o tempo previsto. Sobre o planejamento em conjunto os professores entrevistados ressaltam que:

*É de suma importância um trabalho em equipe tornando-se de qualidade para o avanço das crianças, pois é através do planejamento que trabalhamos as dificuldades e aprimoramos o que eles já estão avançando, ter um foco para uma educação qualificada, trazendo resultado a cada dia. Cabe a nós professores trazer a realidade dessa educação. Ter uma prática transformadora, capaz de mudar a realidade de indivíduos que com deficiência. (Entrevista/ 2018. Professor A).*

*O planejamento é necessário para que no decorrer das aulas podemos aprimorar e com isso buscando uma eficácia na qualidade no processo de ensino aprendizagem. Sendo cada vez mais um docente comprometido com aprendizagem de nossos alunos, um docente pesquisador e com isso tendo um novo olhar que propicie sempre o melhor acerca da educação e aprendizagem dos mesmos e isso se dar ao planejamento que realizamos, onde melhorar, onde seguir em frente, ver o que deu certo e fazer com que esses alunos possam superar suas dificuldades no decorrer de cada atividade realizada. (Entrevista/ 2018 Professor B)*

Os professores entrevistados que eles estão dispostos a trabalharem em equipe e estão sujeitos a novos desafios para se trabalharem com seus alunos com deficiência e isso se faz necessário nos planejamentos que eles realizam no decorrer das aulas, tirando dúvidas, criando estratégias e adaptações de suas aulas.

A escola promove ações para incluir os alunos com deficiência nas programações que a escola realiza durante o ano letivo, dentre elas incluírem os alunos nas atividades de educação física juntamente com sua turma, os professores de educação física realizam atividades onde os alunos possam participar para assim se sentirem incluídos. A escola tem apresentado no seu Projeto Político Pedagógico ações que contemple também as especificidades dos alunos com deficiência, citando a importância da Educação Inclusiva.

Um dos fatores de muita importância para uma proposta inclusiva em sala de aula regular é que os professores mudem a visão incapacitante das pessoas com necessidades educacionais especiais para uma visão pautada nas possibilidades, elaborando atividades variadas, respeitando às diferenças.

O professor precisa organizar-se com antecedência, planejar com detalhes as atividades e registrar o que deu certo e depois rever de que modo as coisas poderiam ter sido melhores. É preciso olhar para o resultado alcançado e perceber o quanto “todos” os alunos estão se beneficiando das ações educativas. (MINETTO, 2008, p. 101).

Nas observações feitas durante a coleta de dados na escola pesquisada os professores sempre estão em busca de ação educativa para melhorarem seus trabalhos respeitando as diversidades de seus alunos, procurando exercer seu papel de maneira justa e inclusiva, pautado no respeito entre eles, eliminando todo e qualquer tipo de discriminação com o intuito de formar cidadãos conscientes para o convívio com as diferenças, identificando as possibilidades de cada aluno com o objetivo de encontrar as possibilidades para que ele possa aprender junto com os demais e superar seus próprios limites.

[...] todas as crianças deveriam aprender juntas, independente de quaisquer dificuldades ou diferenças que possam ter. As escolas inclusivas devem reconhecer e responder às diversas necessidades de seus alunos, acomodando tanto estilos como ritmos diferentes de aprendizagem e assegurando uma educação de qualidade

a todos, por meio de currículo apropriado, modificações organizacionais, estratégias de ensino, usam de recursos e parceria com a comunidade (UNESCO, 1994, p. 05).

As escolas precisam adotar um ensino que respeite a diversidade de seus alunos, usufruindo de conhecimentos construídos por cada um na perspectiva de um crescimento interpessoal e profissional, pois a possibilidade de aprendizagem dessas pessoas está diretamente relacionada ao aprender, estimulado pelo professor e por todos os sujeitos que se relacionam, possibilitando a aquisição de novas funções cognitivas que será essencial para sua trajetória escolar, independente de suas necessidades. Sobre a inclusão de alunos em sala regular o professor de sala de aula regular assim se pronunciou na entrevista:

*Ter aluno com deficiência em sala de aula é sempre um desafio, faz com que possamos sair da zona de conforto e ir à busca de soluções. Sempre que faço meus planejamentos sempre busco alternativa e atividades diferenciada para que esse aluno possa acompanhar junto com os demais, inserir esse aluno em sala é está envolvido com a educação inclusiva. (Entrevista/2018 Professor B).*

Podemos perceber a importância do professor nesse processo de inclusão, pois é através dele que os alunos aprendem a conviver com as diversidades e diferenças na sala de aula, fazendo com que haja um ensino voltado ao respeito mútuo, onde não haja discriminações, pois não existem pessoas melhores e nem piores que ninguém devido às suas deficiências, o que existe são diferenças que precisam ser superadas todos os dias.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir das observações feitas na escola foi possível analisarmos que as políticas públicas para educação especial e sua implementação acontece de fato nessa escola com a ajuda da Secretaria de Educação Inclusiva do Município de Parintins, juntos gestor, coordenador pedagógico, professores e todo o corpo docente da referida escola pesquisada que é notável o empenho ao tentar estabelecer estratégias e o mais importante estabelecer alternativas para intervir no desenvolvimento dos alunos com deficiências, através do estímulo adequado para progressos tanto na aprendizagem para desenvolvimento da autonomia e comunicação quanto para a aquisição de conceitos em sala de aula.

Os professores dão o seu melhor para atender aos alunos com deficiência, pois se observou que são feitas as atividades adaptadas para cada um deles, e que são colocadas em prática pelos monitores em sala de aula, há uma preocupação quanto à aprendizagem do aluno. Porém, as dificuldades existem, sendo algumas superadas ao longo do ano.

A inclusão é muito mais do que submeter-se as estratégias ou adaptações, é abranger, acolher é incluir. A tendência hoje é de uma sociedade inclusiva, porque, pelos valores que seguimos na atualidade, é a via que melhor satisfaz ao indivíduo em particular e à sociedade em geral. Por sua vez, uma sociedade onde seus cidadãos conseguem se realizar como indivíduos, tem mais chance de sucesso e estabilidade.

Assim, mediante a estas questões, consideramos que este processo de inclusão escolar precisa estar comprometido com ações voltadas efetivamente para o desenvolvimento dos alunos, independentemente da severidade de seus comprometimentos. Suas necessidades precisam ser identificadas e atendidas; as políticas públicas precisam estar mais próximas da realidade destes educandos para que de fato eles tenham a possibilidade de se desenvolver.

A trajetória escolar precisa ir além dos objetivos de acesso ao espaço escolar não ficando restrita apenas à socialização; é fundamental dar oportunidade para que de fato estes sujeitos possam se desenvolver.

Diante disso, é importante que o docente esteja em constante aperfeiçoamento mediante cursos de capacitação e formação continuada, superando assim as técnicas e estratégias ultrapassadas, estando aberto a novas possibilidades de aprendizagens para melhoria e conquista de sua profissionalização.

## REFERÊNCIAS

ANDRÉ, Marli. **Etnografia da Prática Escolar**. Campinas, SP: Papyrus, 2ª. Edição, 1998.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**, de 5 de outubro de 1998. Brasília, 1998.

BRASIL. **Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais**. Brasília: UNESCO, 1994.

HESS, Remi. **O momento do diário de pesquisa na educação**. In ambiente e educação. Vol. 14. Rio grande. Universidade Federal do Rio Grande. 1996.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Metodologia Científica**. 4ª Edição. São Paulo: Editora Atlas: 2004.

PARINTINS. **Lei Orgânica Municipal**. (2004). In: [http://www.camaraparintins.am.gov.br/documentos/lei\\_organica\\_de\\_parintins.pdf](http://www.camaraparintins.am.gov.br/documentos/lei_organica_de_parintins.pdf).

PARINTINS. **Lei Miguel Costa Viana Lei nº 715/2018**. <https://www.parintins.am.gov.br/?q=277-conteudo-95431-prefeito-sanciona-lei-que-beneficia-alunos-com-autismo>

LIMA P.A. **Educação inclusiva e igualdade social**. São Paulo; AVERCAMP, 2002.

MINETTO, M.F. **O currículo na educação inclusiva: entendendo esse desafio**. 2ª ed. Curitiba: IBPEX, 2008.

MOREIRA, Laura C. **Das indagações ao cotidiano da sala de aula: perspectivas de inclusão na universidade**. In: BAPTISTA, Claudio R.; CAIADO, Katia R. M.; JESUS, Denise Meyrelles de. Educação Especial: diálogo e pluralidade. Porto Alegre: Editora Mediação, 2010.

[Portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeducespecial.pdf](http://Portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeducespecial.pdf)

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS  
PRÓ-REITORIA DE ENSINO  
DIRETORIA DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA  
UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL  
COORDENAÇÃO DO CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO PÚBLICA – EaD



## TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Convidamos o (a) Sr. (a) para participar da pesquisa **AS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA EDUCAÇÃO ESPECIAL NA PERSPECTIVA INCLUSIVA E SUA IMPLEMENTAÇÃO EM UMA ESCOLA DO MUNICÍPIO DE PARINTINS/AM** sob a responsabilidade do pesquisador **ELDA PRATA DOS SANTOS ARAÚJO**, a qual pretende Analisar as principais Políticas Públicas voltadas à Educação Especial na Perspectiva Inclusiva em uma escola regular do Município de Parintins /AM

Sua participação é voluntária e se dará por meio de entrevistas e questionários.

Os riscos decorrentes de sua participação na pesquisa serão nenhum. Se você aceitar participar, estará contribuindo para contribuição da construção de referenciais que sirvam para debater sobre a implementação das políticas públicas na educação especial na perspectiva inclusiva dentro de escolas regulares.

Se depois de consentir em sua participação o (a) Sr. (a) desistir de continuar participando, tem o direito e a liberdade de retirar seu consentimento em qualquer fase da pesquisa, seja antes ou depois da coleta dos dados, independente do motivo e sem nenhum prejuízo a sua pessoa. O (a) Sr. (a) não terá nenhuma despesa e também não receberá nenhuma remuneração. Os resultados da pesquisa serão analisados e publicados, mas sua identidade não será divulgada, sendo guardada em sigilo acadêmico. Para qualquer outra informação, o (a) Sr. (a) poderá entrar em contato com o pesquisador por correio eletrônico [eldasantos39@hotmail.com](mailto:eldasantos39@hotmail.com) pelo telefone (92) 995039967, ou caso encontre alguma complicação em contato com o pesquisador poderá contatar o Comitê de Ética em Pesquisa através do correio eletrônico [ceua.ppgi@ifam.edu.br](mailto:ceua.ppgi@ifam.edu.br) ou diretamente na Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação (PPGI) do IFAM localizada junto à Reitoria do IFAM na Rua Ferreira Pena, 1109 – 2º andar em Manaus/AM.

### Consentimento Pós-Informação

Eu, \_\_\_\_\_, fui informado sobre o que o pesquisador quer fazer e porque precisa da minha colaboração, e entendi a explicação. Por isso, eu concordo em participar do projeto, sabendo que não vou ganhar nada e que posso sair quando quiser. Este documento é emitido em duas vias que serão ambas assinadas por mim e pelo pesquisador, ficando uma via com cada um de nós.

Parintins-AM, \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_.

\_\_\_\_\_  
Assinatura do participante

\_\_\_\_\_  
Assinatura do Pesquisador Responsável

**TITULO DA PESQUISA: AS POLITICAS PÚBLICAS PARA EDUCAÇÃO ESPECIAL NA PERSPECTIVA INCLUSIVA E SUA IMPLEMENTAÇÃO EM UMA ESCOLA DO MUNICÍPIO DE PARINTINS/AM.**

**Responsável: Elda Prata dos Santos Araújo**

**QUESTIONÁRIO E ENTREVISTA**

**SUJEITOS: PROFESSORES DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA DA SALA DE RECURSO E SALA REGULAR DE ENSINO DE UMA ESCOLA DO MUNICÍPIO DE PARINTINS/AM.**

Roteiro de Entrevista para Professor (a), a presente entrevista foi elaborada como requisito para a conclusão do curso de Especialização em Gestão Pública oferecido pelo IFAM, intitulado “**As Políticas Públicas para Educação Especial na Perspectiva Inclusiva e sua Implementação em uma escola do Município De Parintins/AM**”, sendo assim solicito vossa compreensão em responder as questões que se seguem, desde já agradeço a atenção e colaboração. Sua identidade será preservada.

1. Sexo:  Masculino  Feminino
  
2. Faixa etária:  
 20 a 30 anos  41 a 50 anos  
 31 a 40 anos  Outra. Qual? \_\_\_\_\_
  
3. Escolaridade:  
 Ensino Médio  Superior  Especialização  Mestrado
  
4. Tempo de Experiência em Docência:  
 Menos de 1 ano  De 1 a 5 anos  De 6 a 10 anos  
 De 11 a 15 anos  De 16 a 25 anos  Mais de 25 anos
  
5. Tempo de trabalho com alunos com necessidades educacionais especiais:  
  
 Menos de 1 ano  De 1 a 3 anos  
 De 4 a 6 anos  Mais de 6 anos
  
6. Na sua formação inicial você recebeu alguma preparação para atuar com AEE?  
 Sim  Não
  
7. A Secretaria de educação promove cursos de formação continuada para os professores envolvendo a temática.  
 Discordo totalmente  Concordo  
 Discordo  Concordo Totalmente
  
8. Participei de alguma formação continuada (Atualização, Treinamento, Capacitação, etc.) envolvendo a temática nos últimos 2 anos.  
 Discordo totalmente  Concordo  
 Discordo  Concordo Totalmente
  
9. A minha escola possui acessibilidade para os alunos com necessidades educacionais especiais.  
 Discordo totalmente  Concordo

( ) Discordo ( ) Concordo Totalmente

10. Quanto à afetividade eu vejo que os alunos ditos normais são receptivos com os alunos inclusos.

( ) Discordo totalmente ( ) Concordo

( ) Discordo ( ) Concordo Totalmente

11. Atualmente, quais as necessidades educacionais especiais apresentadas pelos alunos que você atende? Como você se sente diante delas, pouco, muito ou razoavelmente preparado para lidar com elas? Explique.

---

---

---

---

---

---

---

12. Qual a maior dificuldade que você encontra para desenvolver o trabalho em sala de aula? Como você lida com essa dificuldade? O que faz para saná-la? Explique.

---

---

---

---

---

---

---

---

13. O que você entende por escola inclusiva? Justifique.

---

---

---

---

14. Como são as práticas educativas desta escola em relação à inclusão dos alunos? Você concorda com as práticas? Explique.

---

---

---

---

---

---

---

15. Descreva algumas sugestões necessárias dentro do sistema educacional para dar suporte ao trabalho docente, para que a inclusão aconteça na íntegra.

---

---

---

---

---

---

---

---

---

16. Qual importância da lei nº 715/2018-PGMP Lei Miguel Costa Viana para os alunos com Transtorno do Espectro Autista?

---

---

---

---

---

---

---

---

17. O planejamento em conjunto os professores de sala regular e o professor da sala de recurso multifuncionais AEE faz a diferença nas atividades dos alunos com deficiência?

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

18. As formações continuada para os professores na área da Educação Inclusiva acontece no Município? Qual a importância para os professores essas formações?

---

---

---

---

---

---

---

---